

AT HOME COM A BURGUESIA DO PORTO. FRONTEIRAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

NELSON MOTA*

Na literatura do século XIX os termos anglófonos *home* e *comfort* são usados frequentemente para descrever o espaço doméstico da burguesia, associando-os a espaços que se distinguiam da impessoalidade da habitação aristocrática ou da austeridade das casas da classe operária. A casa burguesa, urbana por definição, vai constituir-se a partir do século XVII como o lugar onde se desenvolve o conceito de domesticidade. De maneiras distintas o mundo ocidental redefine as fronteiras entre o público e o privado e procura um espaço para a família. Os homens e principalmente as mulheres descobrem a intimidade e transformam a casa numa *home*, onde o *comfort* se torna exigência.

Neste artigo pretende-se apresentar um contributo para uma reflexão sobre estes fenómenos observando com particular atenção o caso do espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX. Tendo como ponto de partida a distinção clássica entre a esfera do público e o domínio do privado, neste artigo argumenta-se que o espaço doméstico burguês constitui-se como um domínio híbrido onde se negociam as fronteiras entre aqueles dois pólos. Em vez de assumir uma ruptura com o passado, aquilo que a evolução do espaço doméstico apresenta é uma capacidade de transformação em continuidade, preservando o que Georges Teyssot denomina de «memória do habitar»¹.

* Departamento de Arquitectura – Universidade de Coimbra / Delft University of Technology.
nmota@darq.uc.pt.

¹ TEYSSOT, 2010: 113-116.

A BURGUESIA E A INVENÇÃO DA DOMESTICIDADE

O período medieval, muitas vezes associado a um tempo pouco fértil em descobertas é, no entanto, responsável por uma invenção de grandes implicações: a cidade-livre. Por oposição ao campo que se submetia ao poder feudal, as cidades europeias criadas sob o patrocínio real instituíam-se como burgos onde a propriedade e os meios de produção dependiam apenas da relação com o reino. De acordo com Witold Rybczynsky, «os seus habitantes, os *francs bourgeois*, os *burghers*, os *borghese* e os *burgess*, iriam criar uma nova civilização urbana»².

Estes cidadãos *avant la lettre* distinguiam-se do resto da sociedade que era feudal, agrícola e eclesiástica. De acordo com Rybczynsky,

*Aquilo que coloca a burguesia no centro de qualquer discussão acerca do conforto doméstico, é que, ao contrário da aristocracia que vivia num castelo fortificado, ou do clérigo que vivia num mosteiro, ou do servo que vivia num casebre, os burgueses viviam numa casa*³.

Para a burguesia a casa constituía um importante sinal da sua identidade, era o seu território, a sua propriedade. Uma das características que se podem associar à burguesia é a necessidade de *ter*. Numa sociedade ainda muito desequilibrada na distribuição do património, a burguesia anseia pela posse de bens e a casa é, talvez, o mais visível deles todos. Como afirma Michelle Perrot, «o desejo de património é ardente. Inscreve-se antes de mais nos imóveis, primeiro objecto do desejo, sinal indispensável de notabilidade para os burgueses»⁴.

No entanto, no período medieval estas casas ainda não se constituem como um espaço associado a uma vivência exclusivamente doméstica. A relação da burguesia com a habitação estava ainda associada a um espaço com limites indefinidos. Rybczynsky refere que «a habitação medieval era um espaço público, e não privado. A sala estava em uso constante, para cozinhar, para comer, para entreter os visitantes, para tratar de negócios, como também para dormir, à noite»⁵.

É a partir do século XVII, que se criam as condições para o desenvolvimento daquilo que se podia denominar de *domesticidade*, ou seja, a qualidade que resulta da associação da intimidade e da privacidade à habitação. Este processo ocorre, com particular evidência, nas Províncias Unidas dos Países Baixos, país comumente conhecido como Holanda.

Os Holandeses criaram aquilo que pode ser considerado o primeiro estado onde a burguesia se assumiu como classe dominante, social, económica e politicamente. O

² RYBCZYNSKY, 1987: 24.

³ RYBCZYNSKY, 1987: 25.

⁴ PERROT, 1990a: 107.

⁵ RYBCZYNSKY, 1987: 26.

progresso do país impulsionou o crescimento das cidades que, apesar das suas infra-estruturas dispendiosas, reflectiam o sucesso das suas empresas, líderes no comércio marítimo com as chamadas Índias Orientais e Ocidentais.

A preservação da intimidade e a sublimação do lar enquanto refúgio da família assumiam, na Holanda do século XVII, um grande protagonismo na hierarquia de valores dessa sociedade, de tal forma que a pintura flamenga desse período recorre ao tema do espaço doméstico como um dos seus modelos preferidos. Heidi de Mare apresenta o caso de dois dos mais notáveis representantes da escola flamenga do século XVII, Jan Steen e Pieter de Hooch, como referências em que as cenas do quotidiano do espaço doméstico burguês são eleitas como tema central das suas pinturas.

No caso da pintura de Jan Steen (fig. 1), a burguesia aparece retratada no meio de um espaço doméstico «desarrumado, desorganizado, informal». Os quadros reproduzem estereótipos acerca dos homens, das mulheres e das crianças. Normalmente representam um único espaço, cheio de objectos, enquanto que no caso de Pieter de Hooch (fig. 2) o espaço aparece retratado de forma «idealizada, ordenada e organizada»⁶. Nas obras de Hooch poucas pessoas contracenam no quadro e os homens estão quase sempre ausentes. Na cena surgem vários espaços interligados, sempre decorados de forma austera.

Além de Steen ou Hooch outros pintores célebres como Jan Vermeer elegeram o quotidiano doméstico burguês como referência, demonstrando que, como refere Heidi de Mare, «a casa no século XVII é uma complexa metáfora de uma nova dignidade e estatuto social. A casa assume-se como o meio por excelência através do qual a existência da nova burguesia poderia ser concebida e representada»⁷.

Assim, para a burguesia o espaço doméstico torna-se um espaço crescentemente *fetichizado*, um espaço que adquire propriedades quase mágicas com o qual se produzem relações que adquirem codificações e protocolos de crescente complexidade. Um dos domínios mais sensíveis no fetichismo do espaço doméstico burguês é o da transição entre a esfera do público e o domínio privado, principalmente o seu efeito nos códigos de conduta estabelecidos para a família burguesa.

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: O ESPAÇO DOMÉSTICO BURGUEÊS E A IDEALIZAÇÃO DA FAMÍLIA

Na sua obra, *The Fall of Public Man*, o sociólogo urbano Richard Sennett investiga as causas que levaram ao declínio do envolvimento político do indivíduo nas décadas recentes. Traçando um percurso que recua até ao século XVIII, Sennett procura

⁶ De MARE, 1999: 20.

⁷ De MARE, 1999: 29.

caracterizar a forma como nos últimos séculos a sociedade urbana se foi progressivamente afastando da vida pública, acentuando as fronteiras entre o público e o privado. Para caracterizar este fenómeno na segunda metade do século XIX, Sennett apoia-se na transformação do comércio a retalho que ocorreu nas principais capitais dos países do Ocidente.

A produção em massa debelou a negociação pessoal e instituiu a transacção anónima. As pessoas passaram a preferir uma experiência pública, mais intensa mas menos sociável. Neste contexto, o privado surge como o domínio onde se estabelece o contraponto. Como afirma Sennett,

em público, podia-se observar, podia-se expressar acerca daquilo que pretendíamos comprar, pensar, aprovar, não como um resultado de uma interacção contínua, mas após um período de atenção passiva, silenciosa e concentrada. Por contraste, (...) privado significa um mundo onde a interacção reina, mas tem de ser secreta⁸.

Estas transformações também contaminam o espaço doméstico. O papel da mulher vai sendo cada vez mais projectado para o interior, para o privado, e a ideia de lar enquanto santuário feminino vai ganhando uma importância crescente. Os manuais de sociabilidade emergem como documentos de referência para difundir os protocolos que regem a interacção dos géneros nas transições entre o espaço público e o espaço doméstico. Como refere Sharon Marcus,

os manuais domésticos prescreviam um sistema no qual os homens se podiam mover entre o lar e o exterior, mas as mulheres não; os homens precisavam de ser persuadidos para voltar para casa, enquanto que as mulheres tinham de solicitar a aprovação do seu desejo para sair do lar⁹.

Para contrariar esta situação, a mulher, guardiã e presa do lar, cria no espaço doméstico réplicas do espaço público para atrair e conservar o homem em casa. As salas de bilhar, os *fumoir* e os gabinetes masculinos passam a ser presença frequente na organização do espaço doméstico burguês. Produz-se, desta forma, uma perturbação na distinção conceptual entre os domínios do público e do privado, através de um processo de contaminação que resulta da migração para dentro do lar familiar de actividades tipicamente reservadas para lugares distantes desse domínio. Sharon Marcus, refere que, no século XIX,

O lar assemelhava-se a um clube ao tornar-se um lugar de contacto social entre homens, um espaço onde eles pudessem tomar conta de tudo aquilo que requer o contacto com outros

⁸ SENNETT, 2002: 148.

⁹ MARCUS, 1999: 151.

*homens, tornando-se uma espécie de bordel por se assumir como um espaço onde a mulher provia os desejos do homem*¹⁰.

O público torna-se cada vez mais um problema do qual o privado se constitui como um refúgio. No entanto, este processo provoca também uma perturbação na conotação moral associada aos domínios público e privado, principalmente para os homens, que eram aqueles que mais frequentemente transitavam entre um e o outro. Para eles, esta contaminação do espaço doméstico significa inclusivamente uma perda de liberdade. Como afirma Sennett,

*Ao se deslocar para o público (...), um homem podia-se retirar desse carácter muito repressivo e autoritário de respeitabilidade que devia encarnar na sua pessoa, como pai e como marido no lar. Por isso, para os homens a imoralidade do espaço público estava associada a um subliminar sentido da imoralidade como um domínio de liberdade, em vez de uma simples desgraça, como era para as mulheres*¹¹.

Por outro lado, durante o século XIX operou-se também um processo em que o lar enquanto lugar da intimidade e refúgio da família se afirma em contraponto com o local de trabalho. De certa maneira, o lar reforça o seu papel como lugar idealizado que se oferece em alternativa à crueza da realidade associada ao local de trabalho. Walter Benjamin refere que

*O homem privado que se ocupa da realidade no seu local de trabalho, procura no interior a satisfação das suas ilusões. (...) [o interior] representa para o homem privado o universo. Ele reúne aí as regiões remotas e as lembranças do passado. O seu salão é um camarote no teatro do mundo*¹².

O confronto que se estabelece entre a esfera do público e do privado e as suas consequências nas relações entre os géneros, contribuem para o desenvolvimento de um ideal doméstico que se estrutura numa entidade que ganha cada vez mais força como célula de base da sociedade: a família.

A família passa a exercer um papel de elemento regulador da vida em sociedade, assumindo particular relevância no espaço doméstico. Como escreve Michelle Perrot, a casa torna-se uma

*«fortaleza da privacy, (...) verdadeiro templo do íntimo, a casa é o espaço das lutas internas, microcosmo percorrido pelas sinuosidades das fronteiras em que se afrontam público e privado, homens e mulheres, pais e filhos, patrões e servidores, família e indivíduos»*¹³.

¹⁰ MARCUS, 1999: 152.

¹¹ SENNETT, 2002: 23.

¹² BENJAMIN, 1982: 67.

¹³ PERROT, 1990b: 310.

A sua posse assume o estatuto de independência, a ambição de um casal, a imagem do seu sucesso. É o lugar da felicidade e do bem-estar. Transporta-se para a casa a natureza, a arte, o tempo e o espaço.

E aqui, no lar, envolvidos na criação de uma vida familiar idealizada, a burguesia vive na ansiedade de uma codificação que permita regular o lugar de cada interveniente e, antes de mais, do homem e da mulher na sua relação com o espaço doméstico.

DA CASA AO LAR: A IDEIA DE CONFORTO E A ESPECIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

As transformações decorrentes dos processos abordados anteriormente, vão também produzir mudanças na caracterização do espaço doméstico. A ideia de conforto surge associada à emergência do conceito de domesticidade e manifesta-se, por exemplo, no ênfase atribuído à decoração. Na procura de uma relação particular com o espaço, na tentativa de definição de uma identidade, tanto homens como mulheres encontram no lar formas de reforçar a sua vontade de expressão individual através da decoração. Como refere Lisa Tiersten,

Os homens colecionam objectos como prova da sua erudição e gosto, ou do seu poder económico e social, mas estes objectos continuavam separados do próprio indivíduo. Em contraste, os objectos femininos da casa desempenhavam um papel sinédóquico mais do que simbólico em relação à sua identidade; um espaço decorado pela dona de casa burguesa, no limite, não era tanto uma criação sua, como uma extensão do seu próprio ser¹⁴.

Adicionalmente, no século XIX a decoração vai assumir também um papel importante na definição das fronteiras entre o público e o privado. Neste período, para a burguesia, a ideia de decoração está associada a uma preocupação de construir uma identidade preenchendo todos os espaços disponíveis, como forma de construir um lugar que se distinga claramente do anonimato associado ao espaço público. Adeline Daumard reforça esta ideia argumentando que,

durante todo o século XIX os burgueses, sobretudo os parisienses, que dão o tom, estão aterrorizados com os motins populares. Procuram no seu alojamento o doce lar que os tranquiliza: O espaço reparte-se simbolicamente em interior-família-segurança / exterior-estranho-perigo. Não deixar as paredes nuas, nem o tecto, nem o pavimento, como na casa dos pobres, torna-se uma obsessão¹⁵.

¹⁴ TIERSTEN, 1996: 31-32.

¹⁵ Cit. In GUERRAND, 1990: 335.

A decoração do espaço doméstico relaciona-se com o desenvolvimento da ideia de conforto e articula-se com um outro fenómeno que se processou na organização do espaço doméstico: a especialização dos espaços.

De facto, é também no século XVII que se assiste a um processo progressivo de diferenciação programática dos compartimentos que constituem o espaço doméstico. Este processo evolui ao longo dos tempos e, no século XIX, transforma a casa num organismo complexo e profundamente codificado onde, como refere Georges Teyssot, a «domesticidade foi racionalizada e observou-se uma extraordinária obsessão com a função. (...) A habitação estava-se a transformar num organismo progressivamente complexo e especializado»¹⁶.

Trata-se de um processo progressivo de especialização dos espaços, e de um crescente protagonismo da intimidade e da domesticidade como conceitos estruturadores da organização do espaço doméstico. Antes da emergência destes conceitos, o desejo e a possibilidade de estar só ou não era permitido pelas circunstâncias ou nem sequer era considerado. Philippe Ariès refere que

*até ao final do século XVII ninguém estava sozinho. A densidade social interditava o isolamento (...): relações entre pares, relações entre pessoas da mesma condição mas dependentes umas das outras, relações entre senhores e subordinados, estas relações de todos os dias ou de todas as horas, não deixavam nunca uma pessoa sozinha*¹⁷.

Este permanente confronto entre os indivíduos e a sua natureza heterogénea traduzia-se espacialmente na ausência de especialização dos compartimentos que compõem o espaço doméstico. Contudo, com a sua progressiva codificação, com a sua elevação a templo da família, surge também uma nova necessidade: a possibilidade de estar só, de poder usufruir da solidão como um privilégio que permite que um indivíduo se possa retirar para um espaço que é seu. Este processo vai impulsionar uma evolução da organização do espaço doméstico no sentido de uma maior compartimentação e de uma organização das circulações que confira privacidade aos espaços mais íntimos. Como afirma Monique Eleb,

*as primeiras evoluções da habitação que realmente a transformaram – corredor, duplicação da circulação, especificação dos quartos e das suas dependências – estão todas ligadas por um lado à necessidade de dissociar as funções e de poder escolher estar só ou acompanhado*¹⁸.

As transformações que o quotidiano burguês sofreu desde o século XVII, até ao final do século XIX, implicaram a definição de novas fronteiras na relação entre os

¹⁶ TEYSSOT, 1987: 73.

¹⁷ Cit. in ELEB-VIDAL & DEBARRE-BLANCHARD, 1989: 170.

¹⁸ ELEB-VIDAL & DEBARRE-BLANCHARD, 1989: 177.

domínios do privado e do público no seio do espaço doméstico de um grupo que, ao longo deste tempo, foi assumindo uma posição dominante na sociedade. As consequências dessas transformações reflectem-se de forma intensa na maneira como se organiza o espaço doméstico. A idealização da família e as bruscas modificações no território e na demografia vão remeter a família burguesa para um lugar, a casa, onde ela procura refugiar-se de um mundo moderno que cada vez mais se apresenta ameaçador e onde, como refere Walter Benjamin, os burgueses fabricam o seu mundo ideal, o seu *camarote no teatro do mundo*.

A evolução do conceito de domesticidade e as consequências na caracterização do espaço doméstico associadas à emergência da burguesia como grupo social dominante produziram efeitos em todo o mundo ocidental. Embora com tempos diferentes, este processo difundiu-se tanto na Europa como também nas então colónias e ex-colónias dos países europeus. Tanto nas grandes cidades europeias e americanas como nos pequenos aglomerados de província, as consequências espaciais associadas a este fenómeno produziram um impacto que ainda hoje é sensível, tanto à escala macro – a da cidade – como à escala micro – a da célula familiar.

Com o intuito de aprofundar esta abordagem a partir de um caso concreto, apresenta-se a seguir uma leitura da forma como este fenómeno se processou naquela que é talvez a mais burguesa das cidades portuguesas, o Porto.

FORMAS DE HABITAR DA BURGUESIA PORTUENSE NO FINAL DO SÉCULO XIX

As transformações operadas no tecido urbano do Porto entre a criação da Junta das Obras Públicas, em 1763 e o final do século XIX encontram na cartografia da época um suporte privilegiado que permite estabelecer confrontos entre as diferentes fases de um dos períodos mais importantes para a definição da cidade contemporânea.

Nos momentos críticos da sua transformação, foram produzidas cartas que fixaram instantâneos de um território que estava em mudança. Entre 1813 e 1892, as cartas de George Balck (1813), Joaquim Costa Lima (1839), Perry Vidal (1865) e Telles Ferreira (1892) retratam uma cidade em obras¹⁹.

Em todas as cartas percebem-se ruas esboçadas com ocupação incipiente ou ainda inexistente, testemunhos de um crescimento que não se faz de forma sequencial, mas que vai conquistando terreno aos baldios e às propriedades rurais periféricas.

A observação destas cartas permite perceber que a evolução da estrutura urbana do Porto ao longo do século XIX se apoiou em acções pouco coerentes, fruto de

¹⁹ Para uma leitura das transformações urbanas no Porto a partir de uma análise à cartografia produzida durante o século XIX, cf. MOTA, 2010: 53-70.

processos desarticulados, imperando com maior força a vontade individual e a acção pontual do que o benefício colectivo e o exercício estruturado de transformação do território.

Este fenómeno pode ser testemunhado a partir de uma leitura às frentes urbanas que resultaram de um lento processo de consolidação a partir dos modelos almadinos. Com o desfasamento da construção no tempo, a relação entre os limites da propriedade e o alçado revela uma tendência para a prevalência do individual sobre o conjunto. Como refere Francisco Barata,

no Porto, um dos aspectos mais relevantes do ponto de vista da especificidade dos modelos de arquitectura e de cidade do período almadino foi a progressiva reconversão das fachadas de conjunto dos novos arruamentos, que tinham por base a habitação plurifamiliar dos modelos pombalinos lisboetas, em fachadas que visavam a integração dos tradicionais edifícios de habitação unifamiliar portuense e das suas medidas²⁰.

No que se refere aos edifícios verifica-se um processo de continuidade tipológica com os que ocupavam a cidade medieval. Como nota Ernesto Veiga de Oliveira,

passado o primeiro quartel do século XIX, (...) o modo de viver burguês do Porto sofre uma grande alteração: a casa deixa de ser funcional, dissociando-se a residência e a loja, e aparecendo casas apenas de residência; mas estas, agora já apenas por razões de inércia cultural, mantêm o tipo estreito e alto, em que, em vez da loja, fica um escritório com janelas para a rua, muitas vezes gradeadas²¹.

No entanto, a *inércia cultural* a que se refere Veiga de Oliveira actuou de tal forma que se manteve durante este período uma matriz de ocupação que reproduz os tipos de habitação da cidade setecentista, identificados pelo autor como a casa estreita e alta e a casa larga e baixa.

A distinção entre estes dois tipos de edifício não oferece muitas dificuldades no contexto da cidade pré-almadina, no entanto, as transformações ocorridas ao longo do século XIX não permitem a manutenção de um critério tão lato para uma caracterização mais aprofundada das formas de residência da burguesia portuense.

No sentido de produzir uma caracterização mais detalhada das formas de habitação da burguesia portuense no final do século XIX, desenvolveu-se um estudo onde foram considerados e analisados todos os processos de licenciamento de habitação particular que deram entrada na Câmara Municipal do Porto entre os anos de 1897 e 1900. Cruzando essa recolha com informação complementar, elaborou-se um inven-

²⁰ FERNANDES, 1999: 179.

²¹ OLIVEIRA & GALHANO, 1982: 342.

tário que permitiu caracterizar cada caso com dados de natureza diversa, relativos ao edifício, ao requerente, à sua família, ao autor do projecto e até ao construtor da obra²².

A partir desse estudo, utilizaram-se critérios que permitissem esclarecer de forma objectiva as distintas maneiras como a habitação unifamiliar se relacionava com a cidade, as diferentes formas como se negociava a transição entre a esfera do público e o domínio do privado.

Desde logo destacou-se uma distinção primordial, que resultou do confronto entre o edifício e o lote onde se implanta: identificaram-se as moradias isoladas, que se destacam dos limites do terreno que ocupam, procurando individualizar-se, e as moradias em banda que participam de um conjunto.

As moradias isoladas poderiam ser consideradas as herdeiras das «casas largas e baixas» dado que se trata de construções que, por regra, se destacam do conjunto. No entanto, dentro deste grupo, no período estudado, podem-se identificar duas formas distintas da construção se relacionar com o espaço público.

Nuns casos a construção afasta-se da rua, recusando a ligação directa do edifício ao espaço público, por vezes procurando mesmo um lugar mais interior no lote, libertando-se desta forma de qualquer contacto com a rua. Os edifícios com estas características definem um tipo de habitação que denominamos como «moradias isoladas sem acesso directo ao exterior» – categoria A (fig. 3).

Noutros casos, o edifício implanta-se à face da rua, formando frente; são designadas como «moradias isoladas com acesso directo ao exterior» – categoria B (fig. 4).

Os edifícios da categoria A correspondem a dez por cento do total dos casos analisados e os da categoria B a cinco por cento. Nestas duas categorias inserem-se os palácios da alta burguesia, dos banqueiros e dos grandes comerciantes do Porto²³.

Se é possível encontrar nas moradias isoladas os edifícios excepcionais, os mais surpreendentes sob o ponto de vista formal, aqueles que denunciam maior investimento e os que representam a materialização do sucesso, serão, apesar disso, as moradias em banda aquelas que contribuirão mais profundamente para a caracterização da cidade enquanto um todo. São as moradias em banda que fazem a regra, correspondendo a oitenta e cinco por cento dos casos estudados.

No entanto, também aqui importa aprofundar a investigação deste modelo genérico e avançar para a identificação das características que informam de maneira

²² Cf. MOTA, 2010. No âmbito deste estudo foram analisadas cerca de duas centenas de processos de licenciamento.

²³ A associação entre cada habitação e a profissão do seu requerente foi possível graças ao cruzamento de informação entre a recolha feita nos «Livros de Plantas de Casas», localizados no Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), nos «Livros de recenseamento eleitoral», nos «Livros de Desobriga», nos Almanques e nos livros de associados da Associação Comercial do Porto, entre outras fontes.

mais clara a relação que estes edifícios estabelecem com o lote que ocupam e com o espaço público.

O estudo comparativo das diferentes formas de relação das moradias em banda com o lote e com o espaço público revela quatro novas categorias que se apresentam de maneira distinta.

Podem-se identificar dois tipos de moradia em banda com uma configuração excepcional: as moradias em banda sem relação directa com o exterior – categoria C (fig. 5), correspondendo a sete por cento dos casos estudados – e as moradias em banda com três frentes – categoria D (fig. 6) correspondendo a dezoito por cento dos casos estudados.

No entanto os tipos predominantes são as moradias em banda com duas frentes. Entre elas distinguem-se aquelas que possuem o rés-do-chão elevado – categoria E (fig. 7), correspondendo a vinte e nove por cento dos casos estudados – e as de rés-do-chão térreo – categoria F (fig. 8), aquelas que ocorrem com maior incidência, correspondendo a trinta e um por cento dos casos estudados.

Estas moradias podem ser incluídas numa categoria que Rui Ramos designa de «produção corrente» e que, de acordo com o autor, constituem «a expressão mais próxima de uma condição de modernidade. Modernidade na resposta espacial e programática assente na depuração dos elementos e na essencialidade dos dispositivos arquitectónicos projectados»²⁴.

Esta modernidade é, acima de tudo, visível na racionalização dos elementos de composição, construção e compartimentação. No entanto, esta racionalização não significa uma ruptura com as referências da cidade medieval, mas sim, como refere Rui Ramos, uma evolução em continuidade incorporando nas suas referências históricas os valores burgueses da representação social e do conforto, bem como os novos materiais, tecnologias e sistemas de decoração²⁵. Contudo, nesta «produção corrente», assume particular importância um momento fundamental no quotidiano da burguesia: a transição entre o público e o privado.

LUGARES DE TRANSIÇÃO ENTRE O DOMÍNIO PÚBLICO E O ESPAÇO DOMÉSTICO

No Porto, o século XIX foi testemunha de uma dilatação do perímetro urbano, que deixou de ser definido pelas muralhas medievais e avançou para os subúrbios da cidade setecentista. A súbita disponibilidade de solo com características urbanas, provocou uma maior variedade na forma como a habitação se implantou na cidade,

²⁴ RAMOS, 2005: 78.

²⁵ RAMOS, 2005: 60.

como testemunham as diferentes categorias referidas anteriormente. Algumas moradias são definidas em função de um ideal de domesticidade que procura proteger o lar do confronto com o espaço público, outras em que o mercado obrigava a casa a fundir-se com a rua.

A relação entre a habitação e o espaço público com o qual confina, determina de forma muito intensa a maneira como o espaço doméstico é estruturado. Estes dois elementos definem um primeiro limite que estabelece a transposição entre o público e o privado. A largura dos 25 a 30 palmos que caracterizava o lote almadino e que foi sistematicamente aplicada nos loteamentos ao longo do século XIX, pressupunha uma ocupação por edifícios em banda, com apenas duas frentes. A utilização de uma terceira ou quarta frente só se tornava possível em situações excepcionais, como lotes de gaveto ou fusão de lotes. Não é por isso de estranhar que, dos casos levantados, uma larga maioria de oitenta e três por cento possuam acesso directo entre o espaço público e o interior da habitação, correspondendo a apenas dezassete por cento os casos em que essa ligação é intermediada pelo espaço exterior privado.

O modo como cada moradia se posiciona em relação ao espaço público constitui, desta forma, um reflexo do valor atribuído pela burguesia oitocentista à definição de uma fronteira mais ou menos permeável entre o espaço público e a habitação.

Os edifícios das categorias A e B, correspondendo às habitações de membros da média e alta burguesia, preferem localizações mais periféricas em relação à cidade consolidada (fig. 9), e estabelecem fronteiras capazes de *filtrar* a relação entre o público e o privado, afastando-se da rua ou criando dispositivos de distinção dos acessos (fig. 10).

A média e baixa burguesia, mais urbana, está associada às habitações das categorias C, D, E e F (fig. 11) cujas fronteiras são mais permeáveis e onde o limite entre o domínio público e o privado é por vezes ambíguo (fig. 12).

Pode-se então afirmar que, a partir da leitura dos exemplos estudados, existe uma relação entre o nível socioeconómico e o grau de permeabilidade do interior da habitação em relação ao espaço público; quanto mais elevado é o primeiro, menor é segundo.

Avançando para o interior da habitação, vamos também encontrar limites e fronteiras nos espaços de estar dedicados à família que, por vezes, se transformavam em espaços para receber, lugares de sociabilidade. Os espaços de recepção representam na habitação burguesa um território ambíguo. São lugares de relação entre a família e as visitas, isto é, entre o privado e o público.

Essa ambiguidade reflecte-se na criação de espaços que transportam para o âmbito do doméstico, lugares públicos como os salões, as salas de jogos ou as salas de estudo. Estes espaços reflectem os hábitos sociais herdados da tradição inglesa do *club* em que os homens possuem um compartimento exclusivo, a sala de bilhar / sala de fumo,

onde podem associar-se em privado. Surgem também compartimentos dedicados aos membros femininos do grupo familiar, as saletas, ou as pequenas salas de visitas em que as senhoras burguesas realizavam a obrigação social de receber: o *jour*.

A sua localização ocupa preferencialmente os espaços próximos ou em contacto com o exterior, com o espaço público. São os espaços para os quais se reserva a melhor qualificação espacial. Nas casas da alta burguesia (categorias A e B), as ligações que se estabelecem entre o exterior e os espaços de recepção evitam a promiscuidade com os espaços íntimos, separando de forma clara estes dois mundos.

A sala de jantar assume um carácter hesitante. Estabelece-se com frequência em contraponto com a sala de visitas, relacionando-se com o interior do lote; por um lado trata-se de uma posição de articulação mais eficaz com as áreas de serviço, e pelo outro lado também oferece uma localização mais protegida do exterior. Constitui-se como uma divisão em que, apesar de pontualmente receber o público, assume um carácter mais privado, porque está associada a um ritual familiar quotidiano.

Apesar de se observarem diferenças de escala, a localização relativa dos espaços de recepção é comum tanto às moradias isoladas como às moradias em banda (fig. 13). De facto, os espaços de recepção aparecem associados a uma utilização profundamente codificada, formal, constituindo-se como suporte para uma forma de representação que pretende transmitir para o público uma ordem que corresponda aos ideais de sociabilidade burguesa, marcados em grande parte por valores associados a uma moralidade púdica e conservadora. Neste contexto, os géneros negoceiam a sua convivência, criando-se por vezes territórios distintos para a sua relação com o espaço doméstico.

Paralelamente, na relação entre o trabalho e o espaço doméstico da burguesia verifica-se, até finais do século XIX, um processo de progressivo afastamento. Desde o século XVII, com o crescimento da intimidade e da domesticidade associadas à habitação, a burguesia foi distanciando o lar do lugar do trabalho. Até ao final do século XVIII este processo decorreu de forma lenta, mas com a industrialização e as suas consequências no espaço urbano, desenvolver-se-ia rapidamente ao longo do século XIX. A crescente valorização da família e do papel da mulher como dona de casa determina também o progressivo afastamento do domicílio em relação ao mundo dos negócios. Como refere Michelle Perrot, «os patrões deixam de morar no perímetro ou na proximidade da sua fábrica; enriquecidos, fogem dos fumos, dos cheiros e da visão de miséria; agrupam-se nos bairros novos»²⁶.

Também no Porto, o final do século XIX representa uma encruzilhada onde, por um lado, passam os sinais de uma cultura europeia, cosmopolita, mas, pelo outro

²⁶ PERROT, 1990c: 142.

lado, ainda estão muito visíveis as marcas da ruralidade e do atraso. Gaspar Martins Pereira refere que,

*o Porto dos elegantes Armazéns Hermínios, que vestem as damas da cidade de acordo com o último grito da moda parisiense, o Porto do britânico Palácio de Cristal, o Porto que lê o Times ou a Revista de Portugal é ainda o Porto da feira dos moços na Boavista, o Porto dos aguadeiros e surradores galegos, o Porto que teimava em cevar porcos nos múltiplos cortelhos que tinham sido proibidos dentro de barreiras. Arquitectura e costumes, tanto como um novo espírito de empresa, conjugam-se para fazer da casa da gente de posses um refúgio à vida mundana, conduzindo ao abandono da velha habitação/loja de funções híbridas no centro urbano e ao afastamento entre a vida doméstica e a actividade económica*²⁷.

No entanto, no final do século XIX, os universos do trabalho e da residência ainda não estão completamente dissociados, verificando-se nos casos estudados a existência de um espaço dedicado ao trabalho em mais de dois terços das ocorrências²⁸. Isto deve-se em grande parte à natureza das actividades profissionais a que a burguesia se dedicava, seja como quadros do serviço público, de empresas privadas ou relacionadas com actividades comerciais ou de prestação de serviços²⁹.

Nos casos estudados, apesar da especialização progressiva do espaço doméstico burguês, verifica-se ainda em muitas ocorrências a presença da componente trabalho embora em formas distintas como sejam o escritório ou a loja.

No espaço doméstico da burguesia portuense, o escritório é um espaço misto de gabinete masculino e de lugar de troca com o público. Uma das formas de incorporação do escritório na estrutura da habitação, é a sua localização junto à entrada principal, confinando com o vestíbulo (fig. 14). Esta posição revela o interesse em aproximar esta divisão do exterior, do público. No entanto, verifica-se que, em alguns casos, ele acaba por também se relacionar com outros compartimentos que se estabelecem como prolongamentos para o universo mais privado. Encontramos aqui uma certa ambiguidade entre a preferência por uma implantação próxima do exterior mas também articulada com o interior.

²⁷ PEREIRA, 1995: 47.

²⁸ A percentagem de moradias com escritório é de 46%; a Categoria F (moradias em banda com rés-do-chão térreo) possui normalmente um espaço de trabalho no rés-do-chão – uma loja, um armazém ou uma oficina – e corresponde a 31% da totalidade dos casos. Somando as duas percentagens, chegamos à conclusão que 77% dos casos estudados possuem espaços relacionados com o trabalho inseridos na moradia. A abordagem ao trabalho refere-se aqui somente às actividades desenvolvidas pelos membros do agregado familiar, excluindo aqueles que, embora compoem o grupo familiar mais alargado, desempenham as funções relacionadas com o serviço doméstico. Para uma abordagem a este assunto cf. MOTA, 2010: 209-229.

²⁹ Para uma informação detalhada sobre as categorias socioprofissionais da burguesia do Porto no final do século XIX, Cf. CRUZ, 1999: 103-106 e PEREIRA, 1995: 129.

Em alguns casos pertencentes às categorias que englobam as moradias isoladas, verifica-se uma situação particular de localização dos espaços dedicados ao trabalho. A articulação com o exterior já não se estabelece junto à entrada, no lado confinante com a rua. Passa a desenvolver-se de forma indirecta a partir de um acesso alternativo, que não interfere com a entrada principal da habitação (fig. 15). Esta solução parece demonstrar o interesse em resolver uma ligação de forma directa ao espaço de trabalho, sem querer, ao mesmo tempo, atribuir-lhe uma posição demasiado exposta, junto à entrada principal, evitando dentro do possível a interferência do público com o espaço doméstico.

Verificam-se também situações em que, devido à actividade profissional do chefe da família ou à especificidade programática do edifício, se produz um confronto mais intenso entre a actividade profissional e o espaço doméstico. Este é o caso, por exemplo, das moradias pertencentes à categoria F onde, regra geral, o rés-do-chão é ocupado com uma loja (fig. 16). Nestes casos, em que a componente trabalho desempenha um papel importante na organização do espaço doméstico, podemos verificar que não existe uma forma única de lidar com o confronto entre uma valência que pertence à esfera do público e a outra relacionada com o privado. Aquilo que na maior parte dos casos se identifica, é a criação de fronteiras que distingam de forma clara os limites entre cada um desses universos. Essa fronteira, que habitualmente se localiza na transposição do exterior para o interior da habitação, aqui é por vezes adiada, porque o espaço público penetra no edifício.

No caminho que, desde o século XVII, a sociedade percorre no sentido de uma progressiva *privatização*, a transição entre o século XVIII e o século XIX, materializada pelos valores da revolução de 1789, representa um momento importante pelo seu simbolismo: Michele Perrot refere que «a Revolução Francesa, proclama o domicílio inviolável e interdita as buscas nocturnas, primeiro esboço de uma *privacy* jurídica»³⁰.

Outro momento importante está associado a uma nova forma de o indivíduo se relacionar com o espaço que o envolve. Jeremy Bentham divulgou, nos finais do século XVIII, um dispositivo para reformar o sistema prisional ao qual atribuiu o nome de *Panopticon*, que consistia em poder observar sem ser observado. A preocupação de Bentham foi traduzida por Michel Foucault como uma metáfora para a sociedade *disciplinadora* moderna e a sua profunda inclinação para observar e normalizar.

Também no âmbito do espaço doméstico se assiste a um fenómeno que viria a assumir-se em muitos dispositivos espaciais e que pretendia satisfazer o anseio de poder controlar o exterior a partir de uma posição segura, no interior. Michelle Perrot refere que a vida privada no século XIX assume uma preocupação *panóptica*

³⁰ PERROT, 1989: 6.

onde a dialéctica do visível e do invisível cria dispositivos espaciais que adquirem uma importância singular³¹.

No espaço doméstico burguês observa-se constantemente uma preocupação em definir limites. Neste texto já foram abordados alguns temas que se estruturam nessas fronteiras que habitam o espaço doméstico e a sua relação com a cidade: a forma como a habitação se relaciona com a rua, as distinções entre o íntimo e o espectacular ou entre os espaços masculinos e os femininos, resultam na criação de um objecto complexo e muito codificado.

Estas preocupações materializam-se em muitos casos através de dispositivos que acusam a vontade expressa de estabelecer uma fronteira, onde se identifique o limite entre o exterior e o interior. Por outro lado, também acontece o contrário, ou seja, criam-se dispositivos que assumem um carácter híbrido no espaço doméstico. São espaços que estão metade dentro / metade fora, ou estão no interior mas exercendo controlo sobre o exterior. Alguns podem ser encarados como dispositivos de protecção, que protegem o domínio do espaço doméstico da invasão do espaço público. Outros podem ser considerados espaços de transgressão, no sentido em que rompem com as regras que estabelecem códigos de conduta que valorizam o recolhimento contra a exposição.

A rigidez com que a moral burguesa conduzia o seu comportamento em sociedade implicava grandes constrangimentos à forma como um indivíduo, principalmente uma mulher, se deveria relacionar com o espaço público. O puritanismo, a codificação das acções e dos comportamentos eram tais que, para manter uma conduta irrepreensível, era necessário cumprir um grande número de protocolos de comportamento.

Esta situação transporta para o espaço privado a responsabilidade de criar uma forma de suavizar a tensão induzida pelo público. O exterior continua a despertar interesse, talvez até mais, a partir do interior. Neste sentido criam-se alguns espaços, ou alguns dispositivos arquitectónicos, que permitem a partir do interior estabelecer uma relação com o exterior.

Esta situação ocorre com particular incidência nas moradias isoladas, que são também aquelas onde, dado o seu carácter excepcional no tecido urbano, se manifesta uma maior preocupação com a introdução de elementos distintivos de afirmação individual com forte presença iconográfica. Entre estes dispositivos encontram-se os mirantes, as *bow-window*, e os torreões.

O mirante constitui-se como parte integrante do elemento de vedação (fig. 17), ocupando preferencialmente uma situação de limite: o cunhal ou o termo lateral do lote. Eleva-se sobre o muro de forma a evitar qualquer possibilidade de contacto directo com quem circula no espaço público. Funcionando como uma guarita, pre-

³¹ PERROT, 1989: 6.

tende o mesmo fim: observar e vigiar sem ser notado, ou pelo menos salvaguardado por uma posição protegida.

No próprio corpo da habitação, surgem frequentemente outros dispositivos de transição, nomeadamente a *bow-window* e o torreão (fig. 18).

No caso da *bow window*, trata-se de uma forma de conformar o espaço para que, apesar de se encontrar no interior, se produza uma sensação de transporte para o exterior. A possibilidade de o perceber numa amplitude muito superior à de um vão convencional, transforma este dispositivo num modo privilegiado de encontrar no privado, uma forma de avançar para o domínio do público sem as implicações ou os constrangimentos ditados pelas normas que orientam a conduta social da burguesia.

Essa vontade de contemplar e de descobrir para além daquilo que se apresenta próximo, mas ao mesmo tempo de afirmar a sua presença marcando a paisagem, está também presente num outro elemento que caracteriza várias moradias investigadas: o torreão.

A sua ocorrência, à semelhança do que acontece com os mirantes, acontece primordialmente nas moradias isoladas e a sua incorporação no desenho da casa assume um papel protagonista na composição.

Destaca-se em relação à cércea dominante, elevando-se do conjunto para se colocar acima de tudo, num ponto onde a contemplação possa usufruir de horizontes mais abrangentes. No entanto o seu sentido não é único; por um lado estes elementos procuram uma posição favorável e protegida para ver, como acontece nas torres das construções militares, mas ao mesmo tempo surgem como uma marca que procura o reconhecimento a partir do exterior, como sucede nas torres dos edifícios religiosos.

CONCLUSÃO: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO, NEGOCIANDO OS LIMITES

As cidades burguesas do ocidente sofreram ao longo do século XIX uma transformação profunda no seu território ao mesmo tempo que a burguesia redefinia também os protocolos de sociabilidade. A fronteira entre o domínio público e o privado transformou-se num espaço tenso onde se negociava a domesticidade com a publicidade. No entanto, no Porto, a *revolução* provocada por estes fenómenos é suportada por um processo de evolução em continuidade com os modelos da cidade medieval. Trata-se daquilo que o antropólogo Veiga de Oliveira classificou de «inércia cultural», e que Alexandre Alves Costa associa a «uma espécie de fatalidade ligada ao próprio destino da nossa cidade [o Porto], contínua, estável, onde a linguagem é herança que, sem conflito, se prossegue e aprofunda de geração em geração»³².

³² COSTA, 2010: 13-14.

Vimos que, na pintura flamenga do século XVII, o espaço doméstico burguês servia para retratar as tensões entre o privado e o público que determinaram a emergência de uma separação entre os dois domínios. No entanto, no final do século XIX, o espaço doméstico da burguesia portuense ainda se encontra numa encruzilhada entre os domínios do privado e do público. Convergem nesse lugar as preocupações associadas à família, mas também as relacionadas com a sociabilidade. Coexistem os lugares para o indivíduo mas também para o grupo.

À medida que a burguesia emergiu como grupo social dominante, o espaço doméstico adquiriu complexidade. Os lugares *genéricos* que compartimentavam a casa até ao século XVIII foram-se especializando. Este fenómeno resulta de um processo que exigiu, ao longo do século XIX, lugares capazes de suportar as solicitações de uma ocupação cada vez mais intensa, que tem de ser negociada entre um grupo de natureza mais restrita, íntimo, e outro mais alargado, mundano.

Por um lado, a moral burguesa procura lugares onde a sua intimidade seja preservada, mas por outro lado a sociedade exige protocolos de troca em que o indivíduo se submete às regras do grupo. O espaço doméstico da burguesia resulta deste confronto entre a intimidade e a sociabilidade, entre o indivíduo e o grupo, entre o privado e o público.

Nenhum destes domínios fica excluído e isso talvez seja o reflexo de um grupo social fortemente comprometido com uma sociedade onde o seu estatuto foi assumindo maior protagonismo ao longo do século XIX, mas também preocupado em se defender desse mundo que constitui igualmente uma fonte de temores e de desconfiança. Aquilo que se pode observar no espaço doméstico burguês do final de oitocentos é um lugar, onde público e privado negoceiam as fronteiras.

No final do século XIX, privado e público são domínios que confluem no espaço doméstico da burguesia sem que as suas fronteiras resultem em limites nítidos. Do seu «camarote no teatro do mundo», a burguesia confronta-se com lugares híbridos onde se torna difícil definir com clareza a fronteira entre o mundo público, dos actores e o mundo privado, dos espectadores.

FONTES

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – Livros de Plantas de Casas (LPC), n.º 143 a 164.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter (1982) – *Das Passagen-Werk (le livre des Passages)*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.

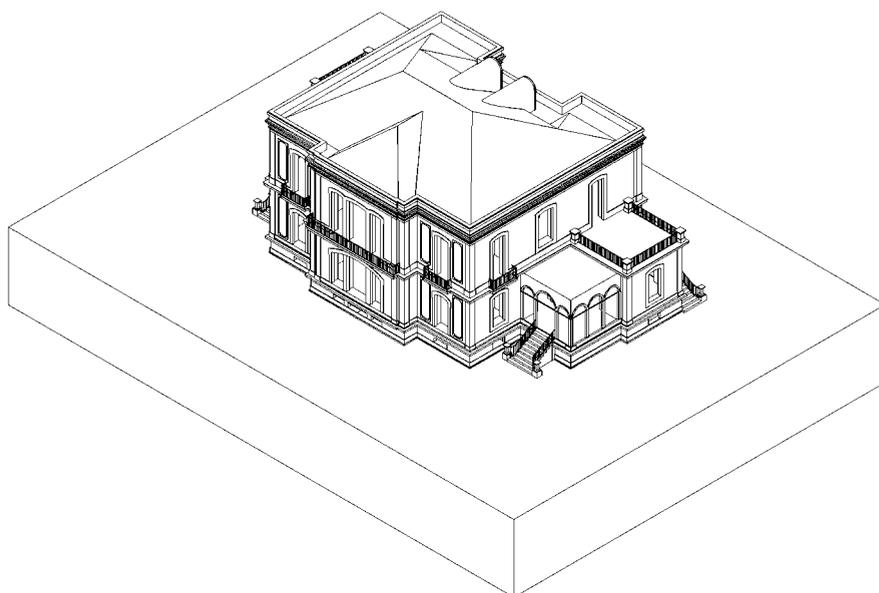
- COSTA, Alexandre Alves (2010) – *Prefácio a uma narrativa sobre a continuidade*. Prefácio a MOTA; Nelson – *A Arquitectura do Quotidiano. Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX*. Coimbra: Edarq, p. 11-16.
- CRUZ, Maria Antonieta (1999) – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- De MARE, Heidi (1999) – *Domesticity in Dispute. A Reconsideration of Sources*. In CIERAAD, Irene, ed. – *At Home. An Anrhtology of Domestic Space*. Syracuse University Press: New York.
- ELEB-VIDAL, Monique; DEBARRE-BLANCHARD, Anne (1989) – *Architectures de la vie Privée: maisons et mentalités. XVII-XIX siècles*. Bruxelas: Archives d'Architecture Moderne.
- FERNANDES, Francisco Barata (1999) – *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações.
- GUERRAND, Roger-Henri (1990) – *Espaços Privados*. In ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges, dir. – *História da Vida Privada*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, p. 325-411.
- MARCUS, Sharon (1999) – *Apartment Stories. City and home in nineteenth-century Paris and London*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- MOTA, Nelson (2010) – *A Arquitectura do Quotidiano. Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX*. Coimbra: Edarq.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992) – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1995) – *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento.
- PERROT, Michelle (1989) – *Les secrets de la maison*. In ELEB-VIDAL, Monique; DEBARRE-BLANCHARD, Anne – *Architectures de la vie Privée: maisons et mentalités. XVII-XIX siècles*. Bruxelas: Archives d'Architecture Moderne, p. 5-8.
- PERROT, Michelle (1990a) – *Funções da família*. In ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges, dir. – *História da Vida Privada*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, p. 105-119.
- PERROT, Michelle (1990b) – *Maneiras de Habitar*. In ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges, dir. – *História da Vida Privada*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, p. 307-323.
- PERROT, Michelle (1990c) – *Personagens e Papéis*. In ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges, dir. – *História da Vida Privada*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, p. 121-185.
- RAMOS, Rui J. G. (2005) – «Produções correntes» em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto no início do século XX. «NW noroeste. Revista de História», n.º 1. Braga: Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, p. 53-80.
- RYBCZYNSKY, Witold (1987) – *Home: A short history of an idea*. Nova Iorque: Penguin Books.
- SENNETT, Richard (2002) – *The Fall of Public Man*. Londres: Penguin Books.
- TEYSSOT, Georges (1987) – *Paesaggio d'interni / Interior Landscapes*. Milano: Electa.
- TEYSSOT, Georges (2010) – *Da Teoria de Arquitectura: Doze ensaios*. Coimbra/Lisboa: Edarq/Edições 70.
- TIERSTEN, Lisa (1996) – *The Chic Interior and the Feminine Modern: Home Decorating as High Art in Turn-of-the-Century Paris*. In REED, Christopher, ed. – *Not at Home: The Suppression of Domesticity in Modern Art and Architecture*. Londres: Thames and Hudson.



Fig. 1 – Jan Steen – “Soo voer gesongen, soo na gepepen” (A Avó canta e o neto fuma), c. 1662, Mauritshuis, Haia.

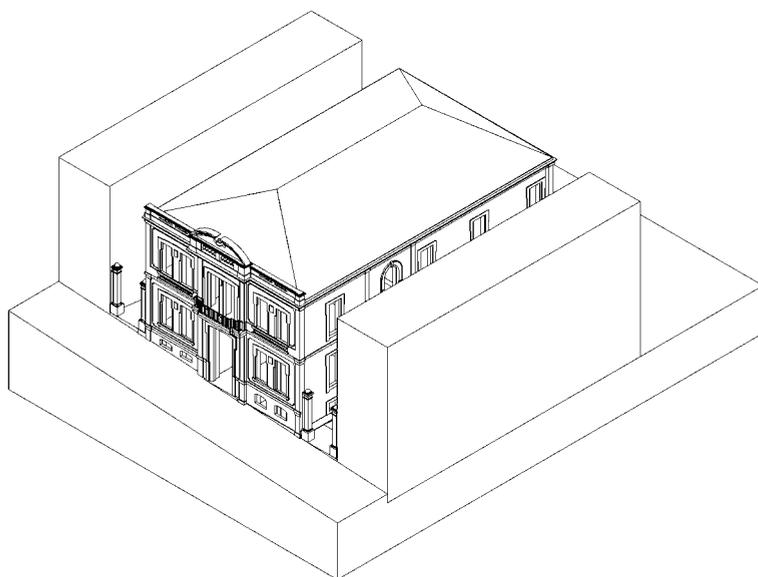


Fig. 2 – Pieter de Hooch – “Een vrouw met een kind in een kelderkamer” (Senhora com uma criança numa despensa), c. 1660, Rijksmuseum, Amsterdão.



0 2 10

Fig. 3 – Perspectiva axonométrica de uma moradia isolada sem acesso directo ao exterior – Categoria A (Casa de G. Burmester, 1897).



0 2 10

Fig. 4 – Perspectiva axonométrica de uma moradia isolada com acesso directo ao exterior – Categoria B (Casa de António E. Glama, 1899).

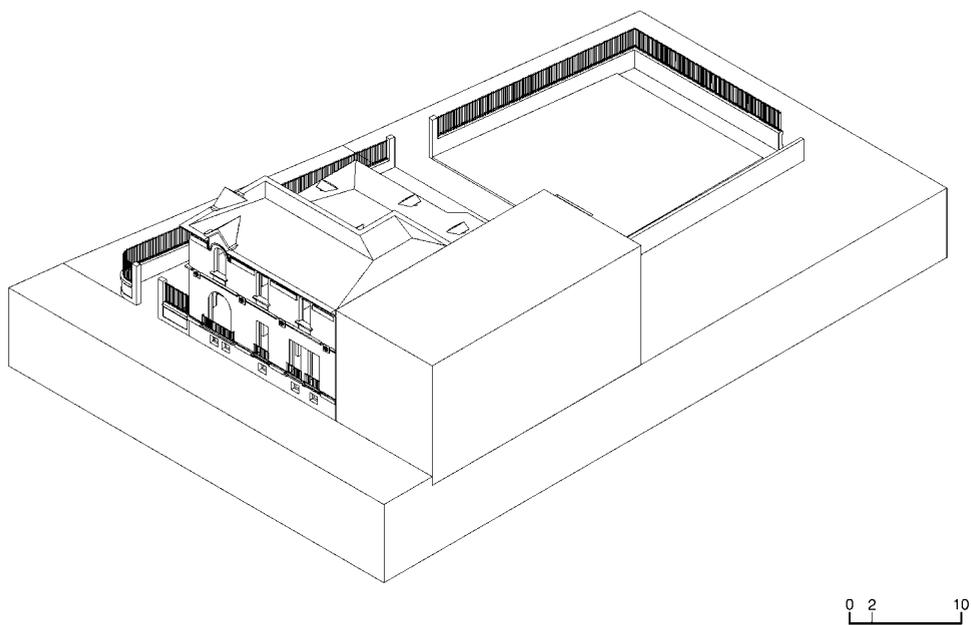


Fig. 5 – Perspectiva axonométrica de uma moradia em banda sem acesso directo ao exterior – Categoria C (Casa de Augusto L. S. Guimarães, 1899).

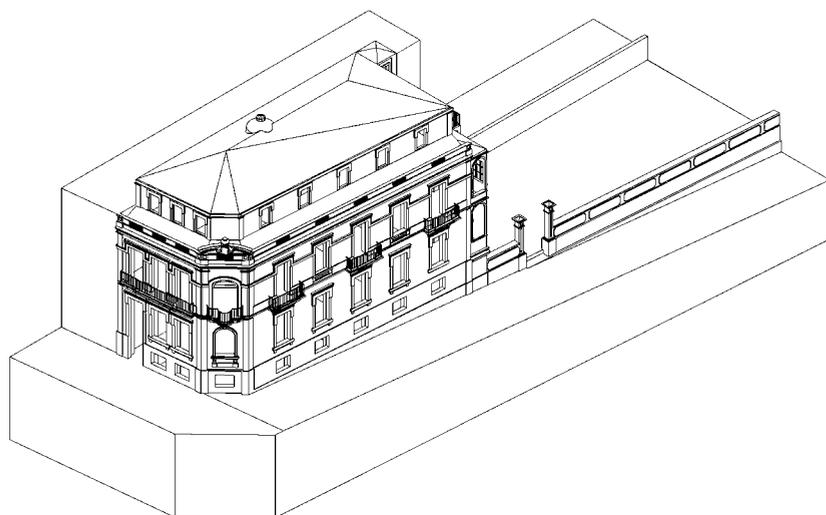


Fig. 6 – Perspectiva axonométrica de uma moradia em banda com três frentes – Categoria D (Casa de Luiza Soares, 1898).

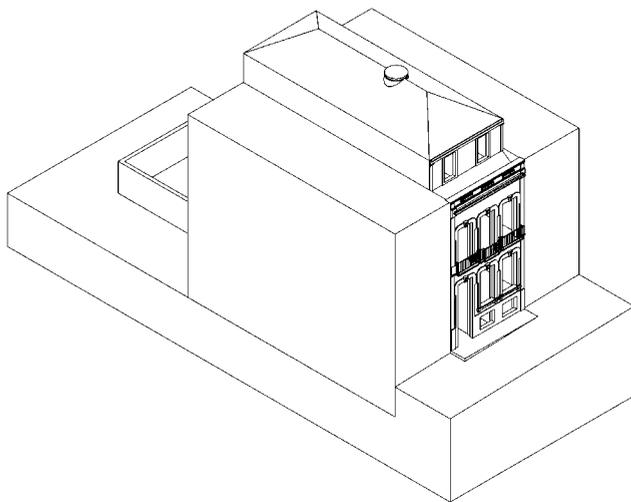


Fig. 7 - Perspectiva axonométrica de uma moradia em banda com rés-do-chão elevado - Categoria E (Casa de Alfredo A. M. Monteiro, 1899).

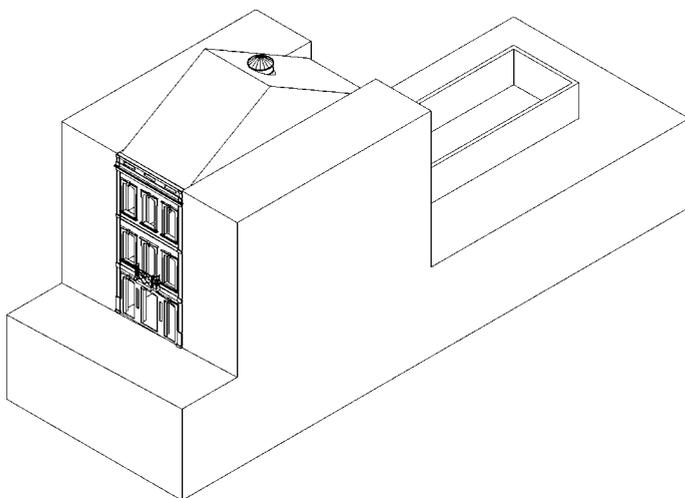


Fig. 8 - Perspectiva axonométrica de uma moradia em banda com rés-do-chão térreo - Categoria F (Casa de António N. Borges & irmão, 1897).

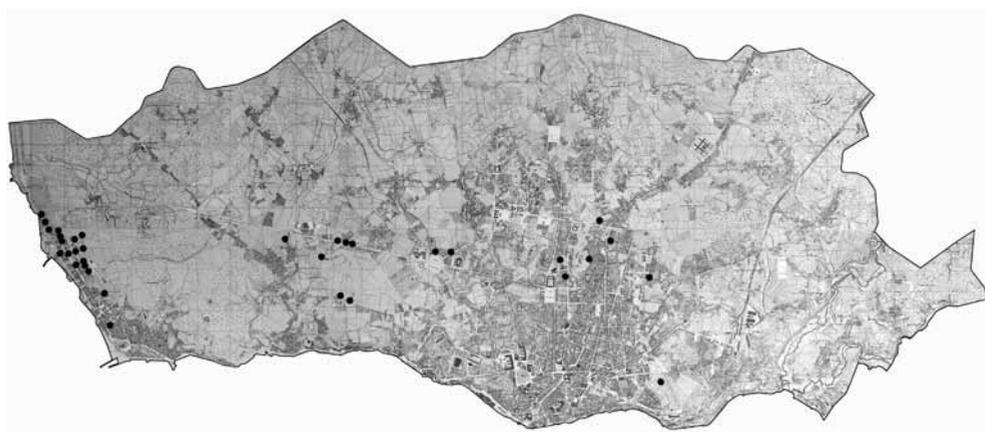


Fig. 9 – Localização dos casos analisados pertencentes às categorias que englobam as moradias isoladas.

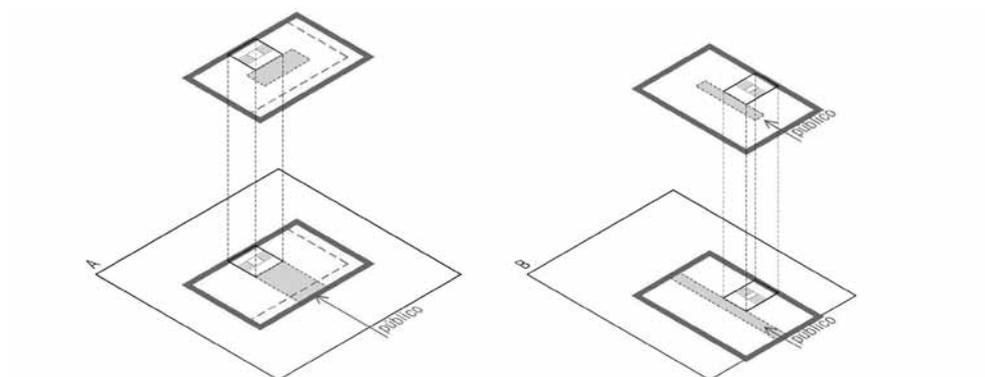


Fig. 10 – Diagrama de circulação nas moradias isoladas.

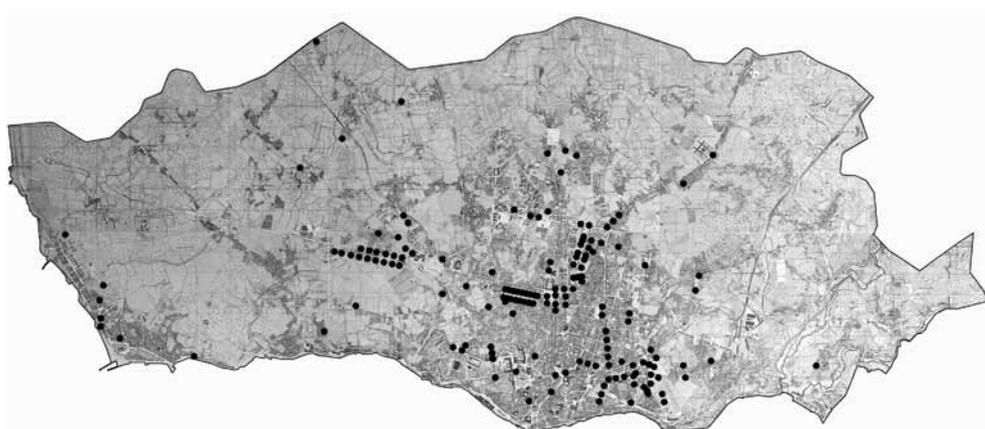


Fig. 11 – Localização dos casos analisados pertencentes às categorias que englobam as moradias em banda.

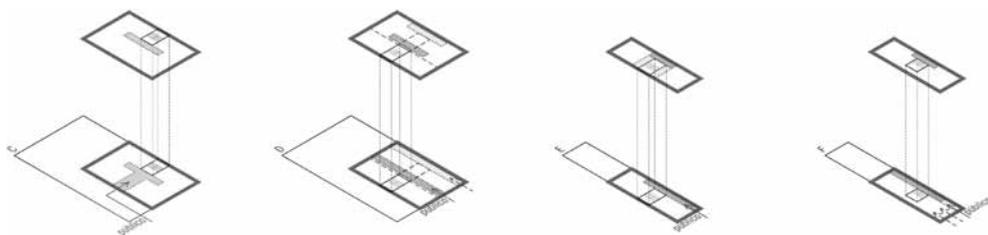


Fig. 12 – Diagrama de circulação nas moradias em banda.

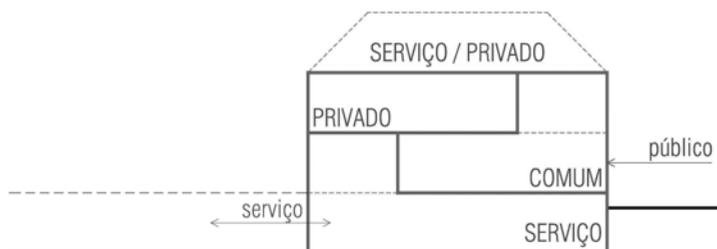


Fig. 13 – Distribuição – Partição das zonas da habitação.

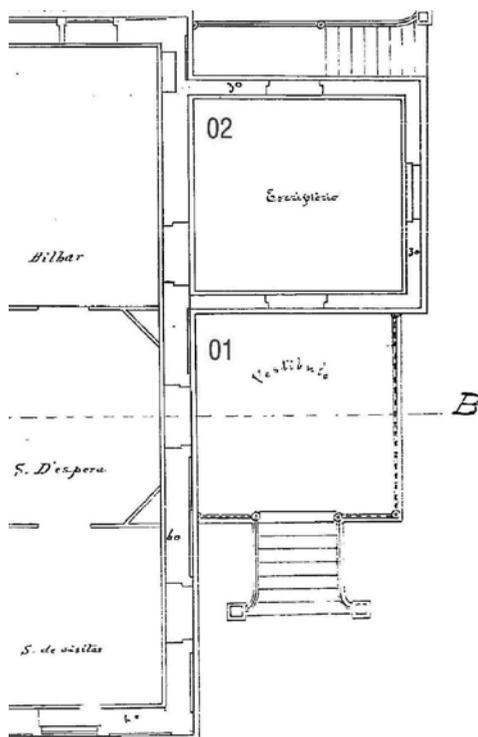


Fig. 14 – Casa de G. Burmester, 1897 – Planta parcial do rés-do-chão: 01. Vestíbulo; 02. Escritório. (Fonte: LPC 144, AHMP).

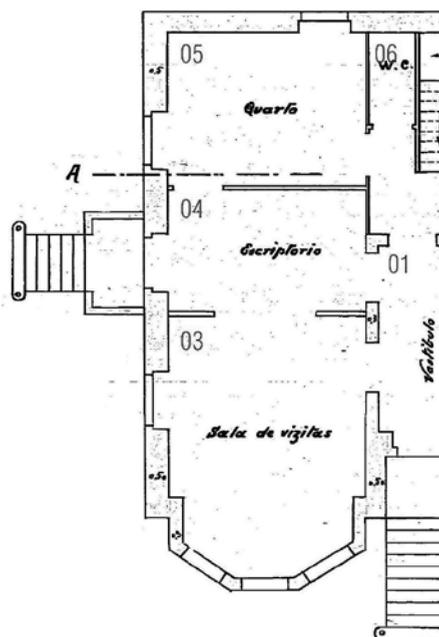


Fig. 15 – Casa de Abel E. P. Brandão, 1900 - Planta parcial do rés-do-chão: 01. Vestíbulo; 03. Sala de visitas; 04. Escritório; 05. Quarto; 06. W.C. (Fonte: LPC 162, AHMP).

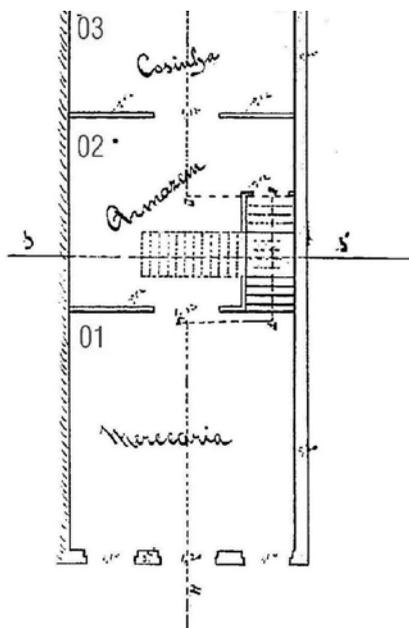


Fig. 16 – Casa de Maria E. S. Saavedra, 1897 - Planta parcial do rés-do-chão: 01. Mercadoria; 02. Armazém; 03. Cozinha. (Fonte: LPC 143, AHMP).

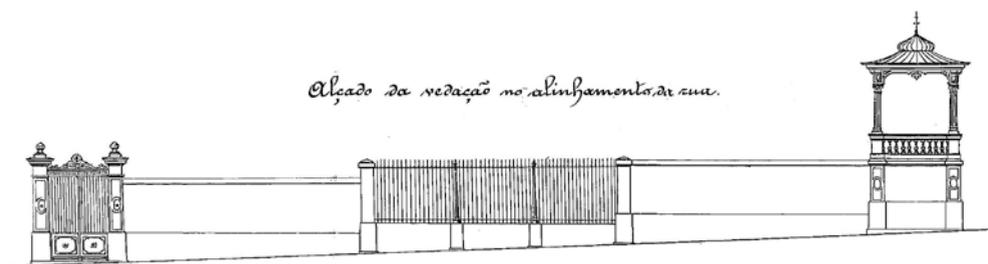


Fig. 17 – Casa de George Ph. Schroeder, 1900 – Alçado da vedação com mirante. (Fonte: LPC 162, AHMP).

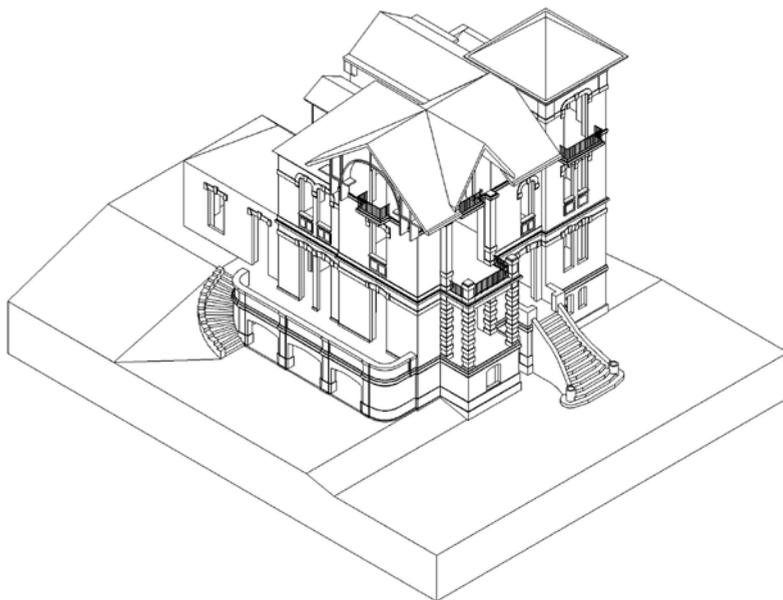


Fig. 18 – Casa de Charles Tait, 1899 – Perspectiva axonométrica.

